



# CRIME E CASTIGO EM CAMILO CASTELO BRANCO

Sérgio Guimarães de Sousa  
João Paulo Braga  
organização



CRIME E  
CASTIGO EM  
**CAMILO  
CASTELO  
BRANCO**

**Sérgio Guimarães de Sousa**  
**João Paulo Braga**  
organização

**Estudos Camilianos 13**  
Casa de Camilo – Centro de Estudos

título  
**Crime e Castigo em Camilo Castelo Branco**

edição  
**Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão  
Casa de Camilo-Centro de Estudos**

direção da coleção  
**José Manuel de Oliveira**

organização do volume  
**Sérgio Guimarães de Sousa  
João Paulo Braga**

coleção  
**Estudos Camilianos 13**

*design*  
**Cristina Lamego**

impressão  
**Mota & Ferreira – Artes Gráficas**

tiragem  
**300 exemplares**

isbn  
**978-989-8012-63-0**

depósito Legal  
**450747/19**

© dezembro 2019

CASTELO BRANCO, Camilo – *O que Fazem Mulheres*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1967.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Crime e castigo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

FRYE, Northrop – O imaginativo e o imaginário. In: *Fábulas de identidade. Estudos de mitologia poética*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

PESSOA, Fernando – *Odos de Ricardo Reis*. Notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor. Lisboa: Ática, 1994.

PESSOA, Fernando – *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática, 1993.

VASCONCELOS, Sandra Gardini – *A formação do romance inglês. Ensaaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild / FAPESP, 2007.

Sérgio Guimarães  
de Sousa\*

## **O DESENGANO DO MUNDO IMPERIAL (SOBRE O SENHOR DO PAÇO DE NINÃES)**

1. Em carta a António Feliciano de Castilho, datada de 1866, Camilo refere-se ao seu mais recente romance, cuja publicação se faria no ano seguinte em folhetins nas páginas do *Comércio do Porto*<sup>1</sup> e em volume, nestes esclarecedores termos:

O novo que escrevi chama-se o *Senhor do Paço de Ninães*. É coisa destes sítios, velharia de há 250 annos, com ares históricos e carapetão bravo. História à Dumas, muito mais exacta e esclarecida que a História à Ruy de Pina. A história de Portugal é preciso inventá-la, senão a escola do A. Herculano tira-nos o apetite de a saber<sup>2</sup>.

Palavras reveladoras quanto à compaginação neste romance da História com uma poderosa, porque cativante, armação

---

\* Universidade do Minho (Centro de Estudos Humanísticos), Braga, Portugal.

<sup>1</sup> Mais especificamente do n.º 216 ao n.º 265.

<sup>2</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *Castilho e Camilo: Correspondência trocada entre os dois escritores*, p. 184.

ficcional – uma “História à Dumas”. Condição sem a qual, diz-nos Camilo, não sem manifesta ironia, se correria o risco de perder o gosto pelo conhecimento histórico. Ou melhor, pelo conhecimento histórico (por vezes árido, é verdade) tal como o apresenta Herculano. Mais, caberia ao escritor nada menos do que reinventar a História de Portugal.

Em Camilo, essa reinvenção surge impulsionada pelo poderoso combustível de uma prodigiosa, e inconfundível, arte de contar histórias. Se comparado com Garrett ou Herculano, há nas narrativas históricas do novelista de Seide uma ênfase maior na ficção.<sup>3</sup> Ora, o enquadramento da História num marcante enredo passional, bem ao jeito camiliano, decisivo para satisfazer as necessidades ficcionais do leitor, parece ter sido a razão pela qual Jacinto do Prado Coelho desconsiderou *O Senhor do Paço de Ninães* enquanto romance histórico. Melhor dizendo, para o tenor dos estudos camilianos, Camilo teria sucumbido em demasia à tentação ficcional, descartando a factualidade histórica para um nível acessório: «Esta fábula trágica» – escreve – «resulta da feraz inventiva do autor: a História só intervém secundariamente, quando a narrativa se alonga mediante acontecimentos, uns históricos outros lendários»<sup>4</sup>. Assim, o quadro histórico da narrativa não passaria, em rigor, de uma moldura a servir os efeitos romanescos de uma tragédia sentimental<sup>5</sup>. Como se Camilo, enfim, estivesse sobretudo

---

<sup>3</sup> Cf. VIANA, Liene Cunha – O discurso da História em *O Regicida* de Camilo Castelo Branco, p. 320. Ou, como observa Maria Isabel Rocheta: «Sabido é que, no âmbito do romance histórico, o escritor entende a História, não no sentido estritamente positivista, mas na aceção ampla de evocação e recriação livre do passado» (ROCHETA, Maria Isabel – Prefácio, p. 23). Camilo, para dizê-lo ainda de outro modo, reescreve, dir-se-ia, a História pela figuração literária, como, mais tarde, o fará, em certo sentido, a literatura pós-moderna: «Sabendo que a “história a que chamam verdadeira” está muitas vezes longe de o ser, o narrador assume que tem de “inventá-la” [...], juntando a imaginação à história para a tornar mais real e autêntica» [MARINHO, Maria de Fátima – Brincar com a História (o caso de Paloma Díaz-Mas), p. 427].

<sup>4</sup> COELHO, Jacinto do Prado – *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, p. 278.

<sup>5</sup> Todavia, convirá notar, Prado Coelho não deixa de reconhecer o investimento historiográfico do novelista, situado a partir de 1865: «ao lado do criador, [surge] o investigador, o erudito ou o bibliómano» (COELHO, Jacinto do Prado – *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, p. 273). Como

– fatalmente, dir-se-ia – interessado em explorar o potencial amoroso do enredo. Para sintetizarmos, a leitura de Prado Coelho, em sentido hegeliano, corresponde ao propósito de fazer notar que *O Senhor do Paço de Ninães* não dispõe daquele sentido pelo qual um elemento particular (este romance) engloba o seu género (o romance histórico).

Outro nome maior dos estudos camilianos, Alexandre Cabral, alinha pelo mesmo diapasão crítico: «*O Senhor do Paço de Ninães*, para lá da historicidade do tema, muito diversificado, diga-se a verdade, é essencialmente um romance de caracteres, sendo também um romance passional»<sup>6</sup>. Não só porque o que nele «prevalece, absorve e domina é uma história de amor verdadeiramente invulgar, de desenlace imprevisível»<sup>7</sup>, mas ainda por as personagens não pressuporem uma sintonia vivencial historicamente autêntica: «o leitor (do século XIX, como do século XX) não lhes encontra as singularidades que os diferencie dos homens e das mulheres do seu tempo»<sup>8</sup>. Do ponto de vista estritamente histórico, notar-se-ia, dito de outra maneira, a carência de «cor epocal». De resto, nas novelas históricas, Camilo, afiança A. Cabral, subordina «a integral veracidade dos factos à intriga romanesca, que para o autor é o mais importante – do ponto de vista ficcional»<sup>9</sup>.

Opostamente a estas leituras, favorecedoras da declinação passional como o elemento mais meritório da narrativa, encontra-se, em estudo fundamental («Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo

---

quer que fosse, a verdade é que Camilo «continuava a sentir precisão de entreter a sensibilidade com pungentes casos humanos, não queria abandonar a ficção novelística, seu glorioso domínio e modo de vida» (COELHO, Jacinto do Prado – *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, p. 274). Razão pela qual teria optado por um género de compromisso, a novela histórica (cf. COELHO, Jacinto do Prado – *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, p. 274).

<sup>6</sup> CABRAL, Alexandre – *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*, p. 91.

<sup>7</sup> CABRAL, Alexandre – *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*, p. 91.

<sup>8</sup> CABRAL, Alexandre – *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*, p. 91.

<sup>9</sup> CABRAL, Alexandre – *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, p. 315.

Branco»), a interpretação de Maria Fernanda de Abreu a enfatizar a valia histórica da narrativa. Basicamente, a autora, distanciando-se de Prado Coelho, presume que no romance o «assunto» histórico se sobrepõe em relevância ao «assunto» passiona<sup>10</sup>. E isto na exata medida em que

a História portuguesa ocupa [...] um lugar primordial e o narrador camiliano de *O Senhor do Paço de Ninães* está veementemente empenhado não só em *contar e mostrar* alguns momentos dessa História mas, sobretudo, em dar o seu juízo, ideológico e moral, e em expressar a sua posição perante eles<sup>11</sup>.

Um juízo ideológico-moral particularmente crítico, como se sabe. Camilo, neste livro, cuja ação percorre um arco temporal situado entre 1576 e 1623, desmistifica, desencantando-a sem mercê, a epopeia colonial, problematizando figuras e eventos históricos. Seria esse, sustenta M. F. Abreu, o intuito primordial do romance, intuito concretizado, entre outras estratégias, com o recurso a assinalável documentação histórica (crónicas, relatos, documentos vários)<sup>12</sup>. Crucial para conferir credibilidade a tudo o que sobre a expansão portuguesa nele se diz. Sendo, logo, *O Senhor do Paço de Ninães* «algo em que a História não tem um papel secundário»<sup>13</sup>.

Com Diogo Ramada Curto, a leitura M. F. de Abreu ganha o fortalecimento de uma descendência de peso, porque legitimada por um historiador. Num ensaio de referência («Erudição e

---

<sup>10</sup> Cf. ABREU, Maria Fernanda – Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco, p. 95.

<sup>11</sup> ABREU, Maria Fernanda – Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco, p. 90.

<sup>12</sup> «Sem dúvida, é admirável o rigor deste Camilo “investigador, erudito e bibliómano” na apresentação das referências bibliográficas. Nalguns casos, chega a indicar a edição. Quantas vezes se desejaria que autores de hoje, ao transcrever ou parafrasear crónicas de outros tempos, imitassem igualmente tal procedimento!» (ABREU, Maria Fernanda – Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco, p. 101).

<sup>13</sup> ABREU, Maria Fernanda – Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco, p. 96.

literatura em Camilo Castelo Branco»), desde logo por nele se comprovar o quanto Camilo se interessava por (e conhecia, com não pouca erudição, a) história portuguesa dos séculos XVI a XVIII, Diogo Ramada Curto destaca a notável modernidade anticolonial do romance<sup>14</sup>. Quanto à valia histórica do texto, fica essa valia bem à mostra neste resumo das posições políticas nele contidas:

Por um lado, através de uma abordagem crítica do antonismo, o autor procedeu a uma espécie de desmontagem dos sentimentos nacionais que se mostravam incapazes de provocar uma adesão popular. De igual modo, ao tratar de um caso de resistência aos Filipes, Camilo também mostrou o seu ceticismo em relação aos ideais iberistas, suscitados pela obra do catalão Sinibaldo de Mas, *La Iberia: Memoria sobre la conveniência de la unión pacífica y legal de Portugal y España* (Lisboa, 1851), cuja tradução para português fora feita e publicada no ano subsequente por Latino Coelho.

Por outro lado, Camilo foi não só um crítico acérrimo da violência perpetrada em contexto imperial ou colonial, como também pretendeu dar voz aos colonizados, aos povos com os quais os Portugueses entraram em contacto e, ainda, aos escravos africanos. Estas últimas tomadas de posição, a partir de um romance histórico, correspondem a um contexto como o da década de 1860, que pode ser considerado de retração em relação aos projetos coloniais<sup>15</sup>.

Todas estas leituras são exemplos suficientes de como *O Senhor do Paço de Ninães* tem sido apreciado ora como um romance histórico um tanto, ou assaz, duvidoso, uma vez que o que dele sobressairia com mais ênfase seria o amor-paixão romântico; ora como narrativa pautada por uma vertente histó-

---

<sup>14</sup> Cf. CURTO, Diogo Ramada – *História Política da Cultura Escrita. Estudos e notas críticas*, p. 299. Aliás, não será preciso especial clarividência para imaginar a reação epidermicamente reativa que uma postura ideológica como esta de Camilo possa ter suscitado em muitos dos seus leitores oitocentistas, moldados, como é óbvio, por um senso comum assaz distinto da nossa mundividência pós-colonial.

<sup>15</sup> CURTO, Diogo Ramada – *História Política da Cultura Escrita. Estudos e notas críticas*, p. 295.

rica da maior relevância, de tal modo que a diegese sentimental não passaria, quiçá, permita-se-me o exagero, de um pano de fundo atravessado pelo impacto (traumático) do verdadeiro horizonte referencial do texto – os acontecimentos históricos. Contudo, talvez as possamos aproximar, a bem de uma leitura que implique algo mais do que tem sido habitual referir no interior desta polarização. Algo como ler a narrativa na perspetiva segundo a qual se evita cair na armadilha de sobrevalorizar uma das duas componentes.

Como se percebe sem esforço, a história pessoal trágica de Rui Gomes de Azevedo não se perfaz ao arpejo da História e só granjeia pleno sentido se lida à luz dos acontecimentos históricos em que se vê envolvido o protagonista: este é afetado, em toda a sua extensão, pelo embate dos seus conflitos (a começar pelas consequências de Alcácer-Quibir). No que se prende com a epopeia colonial, sejamos igualmente claros, esta apenas adquire relevância temática e perfeita resolução crítica se correlacionada com o trajeto do protagonista e das pessoas que lhe são mais próximas. A insistência, para reformular noutros termos, no valor histórico do romance, relegando para segundo plano a sua vertente passional, é inversamente proporcional à compreensão desse valor em todo o seu alcance, visto a sua manifestação cabal apenas fazer sentido em função do conteúdo sentimental da narrativa. Uma narrativa, convirá acrescentar, como talvez poucas do universo camiliano, que se presta à problematização da identidade nacional e, em consequência, ao questionamento das suas correlatas mitologias culturais.

2. Consciente de a história não ser tão redonda nem perfeita que dispense dispositivos mitológicos, para mais num teatro de operações tão vasto como o da expansão, Camilo, n' *O Senhor do Paço de Ninães*, denunciou a ideologia colonial enquanto espaço ficcional composto por narrativas míticas e preceitos ético-morais (civilizar outros povos, cristianizá-los, etc.) destinados a distorcer e ocultar as implicações e a realidade da presença portuguesa no império (espoliação brutal, administração repressiva e arbitrária, etc.). Conhece-se a crítica principal dirigida pelo escritor à epopeia: a corrupção a compasso com

a desumanidade. Como diria, a dado passo, frei Gregório, reportando-se à presença lusa no Oriente: «A Ásia não é clima em que a probidade floresça e frutifique. A honra aqui é planta que se mirra e fenece...»<sup>16</sup>. E, antes, noutra parte, já agora, Rui revoltar-se-á nestes termos: «O que aí há [na Ásia] é uma caverna de feras e ladrões!»<sup>17</sup>. Nesta como noutras passagens, alude-se, sem rodeios, à ganância sem freio dos portugueses e à subalternização a que sujeitaram os povos colonizados. Por todas essas passagens, leia-se ainda esta (é relativa a Ceilão), talvez a mais impressiva a respeito da ferocidade para com os povos indígenas:

D. Jerónimo de Azevedo trazia guerra com o chamado tirano de Candia. Ventava-lhe prosperidade nas empresas. Ele e seus oficiais, onde quer que punham o pé, abriam poças de sangue. Degolavam os índios pacíficos a fim de incutir pavor nos inquietos. [...].

Orça pelo incrível a crueldade do capitão-general. Um escritor português, já nascido ao tempo em que o primo de Rui Gomes governava Ceilão e já o homem quando ele morreu, conta que D. Jerónimo de Azevedo, ébrio das fumaças de vencedor, obrigava as indianas a triturarem seus filhos em almofarizes; depois do que as estrangulava por mão de seus verdugos. Mandava cravejar lanças em crianças e pô-las ao alto; e, se as criancinhas agonizavam gementes, dizia *que ouvissem o cantar daqueles galos*, aludindo ao poleiro e aos gentios que se chamavam os *Galas*. Mandava despenhar da ponte de Malvana os rebeldes às fauces dos jacarés que os esperavam; e tão vezadas andavam as feras deste cevo, que, à costumada senha de um assobio, emergiam as cabeças e abriam as bocas debaixo da ponte<sup>18</sup>.

Como se vê, a desmistificação atinge em pleno o coração ideológico colonial, já que, sem ponta de indulgência, Camilo põe em xeque a colonização, expondo uma visão desassom-

---

<sup>16</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 208.

<sup>17</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 165.

<sup>18</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 161.

brada e dessacralizada do império. A despeito dos nobres valores propalados pelo expansionismo (a mitologia de um país a querer afirmar-se como supra-nação), assegura-nos que a presença portuguesa no Índico deu azo a uma irrestrita suspensão ético-moral – o insano e obscuro triunfo da crueldade, para além do flagelo da corrupção<sup>19</sup>. Como se não houvesse moral que não fosse esquecida ante o apelo da ganância, ainda que com a honrosa exceção encarnada por Rui.

Cabe-lhe a missão de desfazer, a golpes de indignação, a harmonia do consenso reinante sobre os (supostos) méritos e conseguimentos nacionais no Oriente. Desta personagem, a não confundir com um «mediador evanescente»<sup>20</sup>, se serve Camilo para refocalizar a História portuguesa. Declinação ventríloqua do seu pensamento anticolonial, o protagonismo do filho de D.<sup>a</sup> Teresa provém de este se erigir como agente cuja «eficácia simbólica» e cujo «poder performativo» derivam de nos guiar pelos meandros de crueldades insuspeitas contra as quais ergue, sem hesitações, a voz. Uma voz decalcada da do seu criador e com a qual, não há como negá-lo, este nos oferece a sua disfórica visão do Portugal-imperial. Muito habilmente, Camilo converteu a des-

---

<sup>19</sup> Noutro lugar («Tragédias da Índia»), escreve Camilo, referindo-se aos capitães da Índia: «Ele [Luís Falcão] não valia mais nem menos que os outros capitães das fortalezas que, prevaricando nas clandestinas venia-gas das especiarias, roubavam a fazenda real e espremiavam os mercadores levantinos até lhes mungirem o último bazaruco e a última gota de sangue, se encontravam resistência. / A penúria dos recursos era inexorável. Martim Afonso de Sousa, o antecessor do quarto vizo-rei, roubara, no Oriente, milhões aos indígenas e aos colonos. Da corte, pedia-se instantemente dinheiro para acudir às necessidades do monarca. A rainha D. Catarina, com uma sordícia merceeira, recomendava a D. João de Castro que lhe vendesse bem a pimenta. «E o cuidado que dizeis que tendes que dos quinhentos quintais de pimenta de que me el-rei meu senhor fez mercê, para mandar a Bengala, se faça o mais proveito que puder ser, estimo muito, e folguei de para a feitoria disso escolherdes Manuel da Gama», etc. Que reis e que rainhas! Quando eles e elas – estas curvaturas da espi-nha dorsal do género humano, cederam ao tempo, ao grande algebrista – o enorme sucesso histórico da rainha de Portugal, recomendando ao vizo-rei da Índia que lhe venda a pimenta o melhor que pudesse ser, no momento em que o Império Índico entrava em paroxismos, deve escor-rer galhofas muito apimentadas da pena do historiador!» (CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras Completas*, vol. XVI, p. 535-536).

<sup>20</sup> O sujeito inocente a pôr inadvertidamente em movimento uma viragem de dimensões históricas.

ventura sentimental do herói numa ocasião para desmascarar a política colonial portuguesa no império índico. Quando Rui, recorde-se, optou por partir para os novos mundos proporcionados pela expansão, por estar certo de a felicidade amorosa lhe surgir como território definitivamente perdido, exclamou: «– preciso de morrer!...»<sup>21</sup>, declaração sintomática de ter atingido os abismos do ser, esse lugar onde as muralhas da Razão se revelam ineficazes<sup>22</sup>. E de facto, a personagem, à conta do desgosto amoroso, transfigurou-se, dir-se-ia, numa forma vazia de sujeito. Mas aqui, como noutras paragens da ficção camiliana, ser «morto-vivo»<sup>23</sup> – ou entrar na «noite do mundo», para tomar de empréstimo uma bela expressão de Hegel – é essencialmente fazer prova de uma vitalidade ético-moral e enfrentar as relações de poder. Neste caso, aquela vitalidade pela qual Rui, cuja humanização irá ao extremo do misticismo religioso, num imperativo sem conces-

---

<sup>21</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 95.

<sup>22</sup> Contrariamente a todos os que o incitam a alinhar pelos valores da epopeia expansionista, Rui sabe de antemão que aquele mundo não foi feito para ele. Como não custa entender, o seu exílio obedeceu ao propósito de exorcizar o fantasma de Leonor, procurando esquecê-la, como se o território colonial pudesse funcionar na medida de uma catarse terapêutica, como uma formação de defesa com o propósito de preencher o vazio (insuportável) deixado pelo malogro sentimental. E refira-se, já agora, que esse «morrer» não acarretou um apaziguamento amoroso. O fantasma de Leonor continua a desassossegá-lo até ao, tão esperado, reencontro. A esse respeito, repare-se na forma quase paralisada como dela se aproxima: «Rui ficou na antecâmara, tomado de tamanha convulsão e tão extenuado, que não podia dar uma passada» (CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 236). Em clave lacaniana, diríamos estar face àquele terror inerente à aproximação do Sujeito da Coisa, pelo risco implicado de essa Coisa-sublime (máscara imaginária) se apresentar como mero dejetivo (máscara do Vazio) em vez do supremo enigma feminino. Uma explicação alternativa passa por assinalar que na personagem a figura de Leonor está ligada a algo de traumático e excessivo; e, como tal, não interiorizável na realidade mental, assumindo, antes, a aparição de pesadelo (cf. ŽIŽEK, Slavoj – *Bem-vindo ao Deserto do Real*, p. 35). O certo é que, nas duas situações, o reencontro de Rui com Leonor assemelha-se à “*la traversée du fantôme*” (Lacan): o confronto com o núcleo impossível e traumático, confronto esse mediante o qual o sujeito se liberta, finalmente, da ânsia do objeto perdido.

<sup>23</sup> Um *objet petit a*, lacanianamente falando: «du pur rejet, de quelqu'un qui subit une destitution subjective radicale, il ne joue aucun rituel, il ne conjure rien, il ne fait que persister dans sa présence inerte» (ŽIŽEK, Slavoj – *Ils Ne Savent Pas Ce Qu'ils Font. Le sinthome idéologique*, p. 224).

sões, se torna na voz dos injustiçados; e, por extensão, porta-voz da visão da História professada por Camilo. Uma visão segundo a qual o colonialismo por terras asiáticas degenerou em indesculpáveis iniquidades cometidas em nome da Lei.

Aliás, uma passagem como a que citámos há pouco sobre a crueldade de D. Jerónimo de Azevedo é bem reveladora de um estado de coisas em que a Lei atua em regime de desrespeito pela Lei, universalizando os crimes. De outro modo, estamos perante uma realidade assente na letra morta da Lei<sup>24</sup>: o colonialismo, versão possível da figura sádica do grande Outro, a mobilizar um (entre vários disponíveis) agente-instrumento maléfico (D. Jerónimo de Azevedo) para cumprir os desígnios de uma vontade histórica (a missão civilizadora lusa no Oriente).<sup>25</sup> De modo bastante convincente, escreve sobre o totalitarismo (stalinista) Slavoj Žižek:

---

<sup>24</sup> Cf. ŽIŽEK, Slavoj – *Acontecimento. Uma viagem filosófica através de um conceito*, p. 97-98. Perante a conversão da oposição externa entre a Lei e o crime em oposição interna à própria transgressão (a oposição entre a Lei e os crimes a repetir-se no interior mesmo da Lei), a qual surge, assim, como seu oposto. Que é como quem diz: como Lei Universal.

<sup>25</sup> De resto, parece até relativamente evidente correlacionar o que o filho de Vasco de Azevedo encontrará na Ásia com o desgosto sentimental por que passou em Portugal. Como ficou atrás assinalado, no Oriente, Rui escandaliza-se com a impunidade generalizada, porque sob os auspícios da Lei. Uma Lei, como dissemos, cínica o suficiente ao ponto de universalizar esses crimes, transformando-os em positividade indolente. E é isso que a personagem, fiel a exigentes princípios de verdade e retidão, não consente. Ora, no campo amoroso, a exigência de Rui, ou não fosse ele um herói romântico (cf. ROCHETA, 2007, p. 20-21), não é menos absoluta: a seus olhos, Leonor, casando com outro indivíduo, comete uma falta grave que, na lógica instrumental da sociedade patriarcal (a mesma que subalterniza populações no Oriente), guiada por conveniências genealógico-patrimoniais, o não é. Para Rui, o comportamento da filha do senhor de Reboredo parece levar o nome de adultério, dado ter ocorrido a transgressão desta norma romântica, moderna e, por excelência, camiliana: «Não casarás sem amor». Casar sem amor não é senão trair o amor. No evangelho do amor propalado por Camilo reside aí a suprema traição. Diferentemente, o regime patriarcal orienta-se pelo tradicional mandamento: «Não cometerás adultério». Sendo assim, o verdadeiro adultério – a suprema traição – não se define por uma relação sexual fora do casamento, decorre antes de uma relação no interior de um casamento destituído de amor. Dito de outra maneira: o adultério *viola a Lei a partir do seu exterior*, enquanto o casamento desprovido de amor é o verdadeiro adultério a *corroê-la por dentro, contrapondo a Lei ao seu espírito* (cf. ŽIŽEK, Slavoj – *Acontecimento. Uma viagem filosófica através de um conceito*, p. 99). Ora, não é, precisamente, isso que a personagem, para sua grande repugnância, encontra no Oriente?

L'Autre du "totalitarisme", par exemple la nécessité inévitable des Lois du développement historique, à laquelle se réfère l'exécuteur stalinien, pour laquelle il exerce son action, serait donc à concevoir comme [...] la figure sadienne du grand Autre ; c'est cette objectivation-instrumentalisation radicale de sa propre position subjective qui confère au stalinisme, au-delà de l'apparence trompeuse d'un détachement cynique, la conviction inébranlable de n'être que l'instrument de la réalisation de la nécessité historique<sup>26</sup>.

Ora, para quem não considerar impertinente apartar o conteúdo passional do histórico, como se estivéssemos em presença de duas realidades a operarem razoavelmente em separado, faríamos notar que a problematização do colonialismo antecede o percurso colonial do protagonista. Para sermos mais precisos, inicia-se com o eclodir do seu drama amoroso. Desde logo, muito evidentemente, por a sua partida para Marrocos e, a seguir, para o Oriente decorrer do rompimento com Leonor: experiência traumatizante a extirpar o jovem do seu modo de vida tradicional e a desestabilizar a totalidade da sua existência.

Mas a origem do exílio, convirá perceber, radica ainda noutra ponto prévio à rutura sentimental. Tudo, recordemo-lo, se inicia por causa de uma contenda judicial. Para não correr o risco de perder porção do seu avultado património, reclamado judicialmente por um parente, Gonçalo Correia de Lacerda julga não ter outra escapatória senão a de forçar a filha a casar com outro sobrinho, pese embora a péssima reputação do dito sobrinho. E não é aqui ocioso acrescentar o facto de o litígio se prender com corrupção judicial antiga:

[...] na menoridade de Gonçalo Correia, seu pai conseguiu atabafar e sumir, à custa de avultosas quantias, um pleito vilipendioso. Cuidava o fidalgo de Roboredo que os desaires de família não voltariam ao lume, e já nem disso o inquietavam lembranças até ao momento em que o chan-

---

<sup>26</sup> ŽIŽEK, Slavoj – *Ils Ne Savent Pas Ce Qu'ils Font. Le sinthome idéologique*, p. 143-144.

celer lhe pôs diante dos olhos os dois fantasmas da pobreza e da ignomínia<sup>27</sup>.

Mesmo se condenado em instância judicial, diga-se de passagem, o pai de Leonor, muito provavelmente, não ficaria reduzido à pobreza. De acordo com D.<sup>a</sup> Teresa, no solar do senhor de Reboredo existiria «um quarto na casa-forte de Reboredo espedado com traves de ferro e cheio de arcas e moedas de ouro»<sup>28</sup>. Verdade ou ficção, o certo é que (i) o fidalgo carrega atrás de si uma história familiar moralmente pouco recomendável («Houve há oitenta anos um grande crime» – prossegue pouco depois D.<sup>a</sup> Teresa – «e um grande roubo, mas Deus perdoe aos criminosos, que eu, ainda que estivesse às sopas de parentes, não lhes tolhia salvação»<sup>29</sup>), história sórdida e da qual só perdura a suspeita de um passado aviltante; e que (ii), se dispõe de uma imensa fortuna escondida, não haveria, então, motivo para que entrasse em pânico e cedesse à indecente chantagem de um parente; a não ser (iii), como é o caso, por excesso de ganância e déficit de sensibilidade paternal. Tudo isto, em síntese, é assaz ilustrativo de uma fidalguia largamente à margem da moral e da Lei nas suas interações socio-pessoais.

Merece igualmente uma palavra o senhor de Pouve. Constitui uma perfeita antinomia de Rui. Se este consagra a vida ao serviço da Verdade (o que é sempre traumático), aquele, por excelência perdulário, parece fazer da existência um inútil processo de reprodução e busca de prazer. Dele refere o chanceler-mor do reino, seu tio, num trecho que não é sem lembrar Sá de Miranda pelo que nele se subentende da corte e da aldeia:

Andei errado em trazê-lo para a corte, quando meu irmão faleceu. O acerto era deixá-lo na aldeia. Vezou-se a luzir, a pompear, a estadear-se, a fazer praça de cavalos e lacaios. Quando o mandei para a província, já me estava caro, e trazia-me inquieto com as suas visitas por conventos... e, a

---

<sup>27</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 28.

<sup>28</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 30.

<sup>29</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 30-31.

dizer-lhe tudo, inquietava-me muito que as moças da rainha folgassem com ele<sup>30</sup>.

Como se isto não fosse bastante, antes já Gonçalo Correia avaliava deste modo pouco abonatório João Esteves Cogominho: «O rapaz é atravessado. Gasta sem tom nem som»<sup>31</sup>. E mais adiante, em diálogo com um jurisconsulto, o ancião, furibundo por se ver na contingência de casar Leonor com semelhante criatura, exclamará a plenos pulmões: «Ele... um dissipador!... vicioso!...»<sup>32</sup>. Seja como for, celebra-se a aliança matrimonial. Uma aliança «forçada», melhor seria dizer, de falsa escolha, dado não restar ao patriarca senão consumir o gesto vazio que consiste em pretender cumprir o que lhe é praticamente imposto. E nesse cumprimento do imposto, a corrupção judicial teve um papel decisivo.

Como se compreende sem esforço, tudo isto – e era aqui que queríamos chegar – diz bem de um estado de coisas: a realidade assaz homogênea e consensual de uma fidalguia manifestamente desprovida de consistência ético-moral. Ora, se Camilo se alarga na narração destes episódios «domésticos», fá-lo já com olhos postos na epopeia colonial pela Ásia. Queremos com isto dizer que os capítulos que abordam toda esta fidalguia, e na qual se inclui, pelo menos, um nome cimeiro do poder judicial (um chanceler-mor do reino<sup>33</sup>), em estado de pura ganância e corrupção, não se prestam somente à finalidade de justificar a razão pela qual Rui viu logradas as suas possibilidades de cumprir o sonho de casar com a prima, ponto de partida para tudo o resto. Cumulativamente, antecipam os desvarios coloniais. Como esperar elevação moral fora de portas, para mais em paragens tão longínquas do reino, em gente – em parentes, para sermos mais concretos – a comportar-se deste modo? Quer dizer, nestes primeiros capítulos, os da

---

<sup>30</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 17.

<sup>31</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 17.

<sup>32</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 43.

<sup>33</sup> Que, a certo momento – talvez o cume de uma indisfarçável megalomania ou, então, bem pior, de um poder régio subvertido em prol de outros... – chegará ao ponto de afirmar isto: «O que eu não fizer, não o fará el-reil...» (CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 47).

«pura» ficção, destila-se um sentimento de impunidade (o agir à margem da moral e da Lei) que o leitor reencontrará nas páginas dedicadas à expansão. Nota-se, assim, nesta parte da narrativa, uma crítica implícita ao colonialismo em termos do que este representará para os povos colonizados: espoliação, terror, subalternização, etc.

3. A par dessa crítica aos efeitos perversos do colonialismo nos povos subalternizados, Camilo, de igual modo, aponta as nefastas consequências internas da expansão. E a esse nível, não sofre dúvida, a mãe de Rui desempenha uma função capital. Funciona, em toda esta primeira parte do romance, como metonímia de todas as mulheres dilaceradas por terem assistido ao sacrifício dos filhos (e, porventura, dos maridos) em benefício do desígnio expansionista. Trata-se, segundo cremos, da verdadeira heroína do livro<sup>34</sup>. E é por sua interposta presença que o conteúdo histórico obtém verdadeiramente alcance emocional – vida, se se quiser – junto do leitor. Concedendo largamente voz ao sofrimento desta personagem, Camilo quis evidenciar o preço maior pago pela ambição de um Portugal-imperial. À versão oficial dos descobrimentos, patriarcal, guerreira, gloriosa, etc., opõe o romancista, com tremenda eficácia, o reverso obscuro dessa versão: o custo humano, medido em famílias mutiladas, implicado na operação colonial.

E se o martírio de D.<sup>a</sup> Teresa parece bem solitário, visto contrastar com a euforia (ou, nalguns casos, mera resignação) de outras mães, a solidão não lhe retira mérito, pelo contrário, em virtude de ocorrer num contexto bem particular: o de uma nobreza alienada<sup>35</sup> pela ávida antecipação de glórias e recompensas:

---

<sup>34</sup> O seu alcance parece ultrapassar bastante o de Leonor, reduzida um tanto ao silêncio, se avaliarmos a economia da sua presença pela de D.<sup>a</sup> Teresa.

<sup>35</sup> Alienação que não impediu vozes públicas de criticarem abertamente, por exemplo, o (funesto) projeto expansionista de D. Sebastião: «Até houve quem se atrevesse a dizer-lho em público. Um pregador afamado, Fr. Salvador da Cruz, capucho da Arrábida, aproveitou a presença do rei na Igreja de Todos os Santos para lhe pedir que se não deixasse levar só pelo seu arbítrio, mas seguisse o conselho dos velhos e prudentes. D. Sebastião ordenou ao provincial que o desterrasse para o convento mais distante de Lisboa» (VELLOSO, 1935, nota 17 da p. 127).

Os prantos de D. Teresa, em vez de comoverem e apiedarem os parentes, davam causa a reparos pouco menos de censuras. Quantas damas a ouviam carpir-se em casa do almirante se davam como exemplos de ânimo e amor à glória da sua pátria; porque todas tinham ou filhos, ou irmãos ou esposos apercebidos para a jornada de África<sup>36</sup>.

E leia-se, ainda, esta admoestação disfarçada de bom conselho: «Não chore assim, prima Teresa, que as mulheres do nosso tempo afizeram-se a considerar mais filhos da pátria do que seus os próprios filhos»<sup>37</sup>. Não há como não ver nestas palavras de D.<sup>a</sup> Maria da Câmara, neta do conde de Tarouca, uma resignação: os tempos são de euforia guerreira, não restando senão às mães abdicarem de seus filhos a favor da pulsão bélica ostentada pela dominação masculina (como dizia Deleuze: «Se formos apanhados pelo sonho do Outro, estamos acabados»).

Ora, o heroísmo de D.<sup>a</sup> Teresa, elevada por Camilo a matéria-prima emocional, está justamente em não se resignar. Se as progenitoras afetadas à fidalguia e à corte falam pela linguagem da pátria e, com isso, ostentam crueza de sentimentos, D.<sup>a</sup> Teresa comunica pela sensibilidade maternal. Tanto mais que é uma daquelas mulheres que dispõe de legitimidade para pôr o coração a falar (antes do filho, viu o marido sacrificar-se sem proveito à causa expansionista). Mas o que tem para dizer – a espontânea verdade do seu amor materno – afigura-se pouco tocante num contexto de manifesta euforia imperialista. Todos parecem rendidos ao entusiasmo irrestrito do colonialismo. Vale dizer, ao fascínio de encarar a expansão sob a forma de missão mítica sobre a qual se projetam fantasias: as de uma grandiosidade patriótica a cargo do esplendor épico. Em contraciclo ao registo mítico-heroico e à exaltação acrítica do expansionismo, pela voz de D.<sup>a</sup> Teresa falam as vozes de todas as mães que não se deixaram parasitar mentalmente pela exaltação acrítica do expansionismo; fala, enfim, a voz da pátria estropiada, descomprometida com o imaginário de versão heroi-

---

<sup>36</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 97.

<sup>37</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 97.

cizante. Numa palavra, o país supliciado pelos custos humanos envolvidos na gesta das navegações.

Seja-me, a propósito, consentido um breve parêntesis para distinguir, com Žižek, duas noções de ideologia. A noção de acordo com a qual a ideologia consiste num discurso coeso e coerente em torno de significantes: estes deixam de flutuar livre e aleatoriamente e passam, por imposição de uma certa ordem discursiva, a desempenhar uma totalização. Trata-se do discurso patriótico da expansão alicerçado em determinados significados-chave – por exemplo, uma significação «patriótica» universal como esta: a presunção de uma missão civilizadora confiada, enquanto necessidade histórica, aos portugueses. Todavia, para se perceber a extensão do campo ideológico, esta noção discursiva de ideologia, típica dos discursos oficiais, não basta. Porque, na realidade, toda e qualquer ideologia assenta num núcleo pré-ideológico – o gozo e a *fantasia*: «[...] au-delà du champ de la signification, mais en même temps à l'intérieur de ce champ, une idéologie implique, manipule, produit une jouissance pré-idéologique structurée dans le fantasme»<sup>38</sup>.

Pois bem, quando se diz que as damas ouviam D.<sup>a</sup> Teresa «carpir-se em casa do almirante [e] se davam como exemplos de ânimo e amor à glória da sua pátria», esse *darem-se em exemplos de ânimo e amor à glória* traduz o gozo na sua expressão pura: o gozo de cada uma delas se achar exemplo maior de amor e glória. Se reivindicam sacrifício pela pátria, anulando-se no papel de mães, e enveredam por um auto-encerramento patriótico, esse auto-encerramento não é senão o gozo sob a forma de ilusão: a ilusão de se acharem diretamente participantes da glória da pátria. O que as tornaria, por benéfica contaminação, gloriosas. Deste modo, sob o discurso da pátria gloriosa, empiricamente inexistente («comunidade inventada»), dissimula-se, na realidade, o desejo – a fantasia, em rigor – (ir)realista de uma glória individual<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> ŽIŽEK, Slavoj – *Ils Ne Savent Pas Ce Qu'ils Font. Le sinthome idéologique*, p. 238.

<sup>39</sup> Como diria, com inteira justeza, Byung-Chul Han: «O imaginário compensa uma carência na realidade» (HAN, Byung-Chul – *A Expulsão do Outro*, p. 22).

Uma crítica ideológica, já agora, consistiria aqui em recen-sear aquilo que no edifício ideológico representa a sua própria impossibilidade (o seu «antagonismo»). Ou seja, dizer que nem os povos das colónias se apresentam incivilizados, nem os portugueses são suficientemente civilizados para cumprir a missão civilizadora de que se arrogam agentes. Daí ser falacio-so crer que da expansão resultasse um engrandecimento glo-rioso da nação, uma vez que a razão fulcral de Portugal ser nação pobre estaria, em boa verdade, localizada em território continental: a corrupção perpetrada por uma elite em constan-tes diatribes. Corrupção e diatribes pouco gloriosas e contra as quais nenhum empreendimento expansionista adiantaria, eis, pois, uma das desmistificações ideológicas propostas por Ca-milo n' *O Senhor do Paço de Ninães*. Desmistificação através da qual é possível ver como a razão ideológica encontra o seu limite irracional – a sua inconsistência constitutiva. Ora, é isto que todas essas damas da corte (e seus maridos) não conse-guem vislumbrar. Por sucumbirem à ilusão fantasmática de uma pátria a caminho da glória, ilusão, na verdade, a funcionar como barreira que as inibe de ver a realidade social de frente – uma pátria corrompida e sem glória, repleta de antagonis-mos, a avaliar pelo modo como nela se digladiam os fidalgos. E a Coisa Verdadeira a que aspiram (a pátria gloriosa) não é se-não, como se verá na Ásia, uma fantasia a mascarar o Vazio destruidor. Na verdade, a hegemonia ideológica professada por estas nobres damas (o colonialismo) não vem colmatar nenhu-ma vacuidade universal (a suposta carência civilizacional dos povos colonizados), sendo o inverso: é a colonialismo a garan-tir, na sua prática, a sua possibilidade teórica. O mesmo é dizer, o discurso ideológico colonial, como esta narrativa se esforça por mostrar, ocorre a dois níveis: o nível explícito das posições, professado, entre outros, pelas damas da corte; e o reverso obscuro e não reconhecido desse nível, enunciado, destemi-damente, e *in loco*, por Rui. O que faz, conseqüentemente, com que assuma publicamente o lugar da posição impossível – a posição para a qual o espaço público não dispensa lugar. E essa posição, que é a de quem se insurge contra a desumana ideologia colonial, não é sem gerar um paradoxo. Se o discurso colonial realça a sua legitimidade em torno de nobres ideais

(civilizar, evangelizar, etc.), não é descabido observar a função de Rui como excesso que o sistema não pode tolerar por cumprir *literalmente* esses ideais preconizados pela ideologia.

Regressemos a D.<sup>a</sup> Teresa. Qual espécie de excesso incondicional a perturbar a ordem ideológica, surge, repita-se, como uma convincente evidência de que a epopeia marítima não só não se esgotou em discursos patrióticos grandiloquentes e em aspirações de poder, como se colocou na iminência de um esgotamento: o esgotamento causado pelo sacrifício imposto, em nome de uma identidade imperial universalizante, às famílias de então. Se esse sacrifício foi aclamado pela cegueira de uma nobreza sedenta de grandeza épica, não deixou, claro, de significar dor atroz para muitos outros portugueses, certamente a maioria, que nele se não reconheciam. A mãe de Rui, cujo trajeto equivale a uma travessia do «vale de lágrimas», corporifica emblematicamente essa dor.

Dir-me-ão, porventura, que em certos momentos D.<sup>a</sup> Teresa, como que fugindo ao papel arquétipo de mãe sofredora, parece, em registo psicanalítico, desempenhar a função de superego maternal possessivo. Isto porque tende a condicionar excessivamente o filho, impondo-se como presença dominante, mormente naquelas partes em que parece manipulá-lo. Referimo-nos, em especial, a um certo ponto do capítulo VI, quando D.<sup>a</sup> Teresa dirige estas palavras ao filho: «O que eu mal percebo é a pronta obediência de minha sobrinha [ao pai]. Boa filha era eu e desobedeci, quando teu avô me quis casar com um tio a quem eu não podia ver sem ódio»<sup>40</sup>, para, pouco depois – num caso clássico de *double bind* –, dizer o oposto: «Se o pai lhe pede o sacrifício de sua vontade e ela obedece, contando com a morte, é não somente boa filha, senão uma santa...»<sup>41</sup>. E há mesmo uma passagem um tanto intrigante. Aquela em que explicitamente se sugere o excesso de um amor no limiar do incesto: «Dali caminharam, como exagitados de contentamento, para Ninães. Dir-se-iam amantes fugitivos e já ressalvos da perseguição. D.<sup>a</sup> Teresa, encostada ao ombro do filho, apertava o passo como se toda a força da juventude se lhe

---

<sup>40</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 63.

<sup>41</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 63.

remoçasse ao calor da exultação»<sup>42</sup>. Logo a seguir, contudo, desfazem-se as dúvidas: «Nada lhe faltava para o milagre: levava na alma o amor de mãe e a fé onipotente da santa»<sup>43</sup>. Mas sobretudo, dir-me-ão, os efeitos da presença emocionalmente invasiva da mãe na personalidade do filho são em particular recenseáveis na dificuldade de este romper com o cordão umbilical materno (a sua discrepância com os moços da sua idade e condição por não evidenciar pulsão guerreira e ambição épica, por exemplo, é notória)<sup>44</sup>, atravancando-lhe o ingresso no mundo simbólico (Lacan).

Como é claro, a forte presença da mãe na vida do filho é perfeitamente explicável pelo seu grande receio de o perder e, assim sendo, vem dar força à ideia defendida por Camilo, através destas duas personagens, de a expansão ter inevitavelmente significado a mortificação de famílias em território continental. Ainda assim, e aqui chegados, torna-se legítimo saber se Rui não será, ao fim e ao resto, uma figura paradigmática do herói involuntário que, antes de o ser, se recusava crescer, evitando fazer parte do mundo adulto. E nesse caso, a epopeia expansionista, ritual de iniciação a significar o abandono da infância, tê-lo-á forçado a evoluir<sup>45</sup>. No entanto, em abono da verdade, há no texto, desde logo, duas razões a perturbarem uma simples visão como esta

---

<sup>42</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 80-81.

<sup>43</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*, p. 81.

<sup>44</sup> Tal como se manifesta incapaz de desobedecer ao tio (como Leonor não contraria o pai), quer dizer, não arrisca, inversamente do que acontece com tantos outros protagonistas camilianos, revoltar-se contra o despotismo patriarcal, evidenciando, deste modo, falta de autonomia. Mas esta sua incapacidade de viver livre da coerção patriarcal, isto é, da autoridade simbólica tradicional (patriarcado) não o impedirá de se revoltar contra a versão obscena dessa autoridade: os crimes cometidos contra colonos. Porque o que está em jogo nesta narrativa, e não noutras de Camilo, não é prioritariamente uma sublevação contra a arbitrária autoridade patriarcal em contexto doméstico, responsável pelo seu choque traumático de não poder casar com a mulher amada; é, em primeiro lugar, salientar essa forma de dependência ético-moral que decorre dos abusos de uma autoridade simbólica patriarcal em território colonial.

<sup>45</sup> Em registo lacaniano: o Sujeito a resistir à Lei do Pai (encarnada aqui pelo tio e, mais latamente, pela sociedade), aquela Lei castradora pela qual a mãe passa a significar um interdito. O interdito indispensável à boa integração do Sujeito no campo Simbólico (o mundo adulto com as suas relações socio-discursivas).

das coisas. Em primeiro lugar, não é preciso entrar em grandes despesas hermenêuticas para constatar que em momentos determinantes a personagem patenteia uma coragem inquestionável, só possível numa personalidade madura. A coragem indispensável para se atingir o estatuto de herói, tanto mais que se acha só contra tudo e todos e, à boa maneira do heroísmo camiliano, exhibe uma intransigência total estando em causa os valores (cristãos) que professa sem tréguas; e isso mesmo antes de embarcar para Alcácer-Quibir: «Desde o início da ação, Rui Gomes de Azevedo é definido pela inteireza de carácter e pelo desassombro»<sup>46</sup>. Quando muito, a expansão endurece-lhe a intransigência que o faz resistir a toda a tentação. Segunda razão: convém não esquecer que o universo colonial, por não dispor de valores defensáveis, não corresponde, em perfeita lógica, de todo a uma desejável forma de integração social.

5. Tanto D.<sup>a</sup> Teresa como Rui são, em suma, personagens sem a consideração das quais a interpretação da História que Camilo nos oferece neste romance, que é um dos seus mais representativos romances históricos, perde, não se duvide, força expressiva e ideológica. Mãe e filho são, pois, a «ficção» de que se serve o escritor para mostrar a História oficial da expansão como lição de radical desengano. Nos seus momentos mais consequentes, a narrativa, a partir do interior do drama vivido por estes protagonistas, atinge a mistificação da realidade histórica, expondo-a na sua nudez fantasiosa.

Eis o que nos leva a concluir que se há uma lição maior a extrair deste romance, talvez seja a de Camilo não se socorrer da ficção apenas no sentido de emoldurar convincentemente a realidade histórica. Indubitavelmente, esta fornece-lhe um contexto romanesco suscetível de conferir verosimilhança aos conteúdos histórico-culturais. Desde logo, pelo facto de a ontologia da ficção camiliana assentar, como toda a gente sabe, muito na sentimentalidade; e os sentimentos são, nas certas palavras de José Eduardo Agualusa:

---

<sup>46</sup> ROCHETA, Maria Isabel – Prefácio, p. 13.

[...] sempre reais. Mais do que isso: somos reais na medida em que sentimos. Ganhamos a realidade ao chorarmos lágrimas autênticas pela morte de personagens imaginárias. O cérebro segrega a ficção e o coração a realidade. Ou, de outra forma, tudo é real, desde que sentido<sup>47</sup>.

Contudo, n' *O Senhor do Paço de Ninães*, a ficção não se fica por isto: cumpre igualmente, como se viu, a incumbência basilar de desmascarar as ficções da História.

### Referências bibliográficas

ABREU, Maria Fernanda de – Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco. *Colóquio/Letras*. Lisboa. N.º 119 (1991) p. 89-103.

AGUALUSA, José Eduardo – *O Paraíso e Outros Infernos*. Lisboa: Quetzal, 2018.

CABRAL, Alexandre – *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

CABRAL, Alexandre – *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1988.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Castilho e Camilo: Correspondência trocada entre os dois escritores*. Prefácio e notas de João da Costa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

CASTELO BRANCO, Camilo – *O Senhor do Paço de Ninães*. 7.ª edição, conforme a 1.ª, única revista pelo autor. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1950.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras Completas*. Publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida. Vol. XVI. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1993.

COELHO, Jacinto do Prado – *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. 3.ª edição. Lisboa: IN-CM, 2001.

---

<sup>47</sup> AGUALUSA, José Eduardo – *O Paraíso e Outros Infernos*, p. 188.

CURTO, Diogo Ramada – *História Política da Cultura Escrita. Estudos e notas críticas*. Lisboa: Verbo, 2015.

HAN, Byung-Chul – *A Expulsão do Outro*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2018.

MARINHO, Maria de Fátima – Brincar com a História (o caso de Paloma Díaz-Mas). *Revista de Estudos Ibéricos*. Porto. N.º 2 (2005) p. 425-433.

ROCHETA, Maria Isabel – Prefácio. In Camilo Castelo Branco – *O Senhor do Paço de Ninães*. Prefácio e fixação de texto de Maria Isabel Rocheta. Porto: Edições Caixotim, 2007. p. 7-29.

VIANA, Liene Cunha – O discurso da História em *O Regicida* de Camilo Castelo Branco. *Itinerários*. Araraquara. N.º 12 (1998) p. 315-321.

VELLOSO, J. M. Queiroz – *D. Sebastião, 1554-1578*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

ŽIŽEK, Slavoj – *Bem-vindo ao Deserto do Real*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj – *Ils Ne Savent Pas Ce Qu'ils Font. Le sinthome idéologique*. Préface d'Olivier Surel. Paris: PUF, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj – *Acontecimento. Uma viagem filosófica através de um conceito*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.



## índice

- 5 Nota introdutória
- 9 O «bom fim» de Liberata: questionamentos à moral burguesa em *A Neta do Arcediogo*  
Henrique Marques Samyn
- 27 Sublime expiação: crime e castigo em *O Cofre do Capitão-Mor*  
João Paulo Braga
- 41 Crimes sem castigo, privilégios de classe, ou refutação de uma moral insensata? As ousadias de um narrador-autor em *A Queda dum Anjo*  
Luciana Namorato
- 73 Crime e castigo numa sociedade deteriorada: *A Corja*  
Maria João Dodman
- 95 Em bom pano cai uma nódoa: crime e castigo em *O que Fazem Mulheres*  
Patrícia da Silva Cardoso
- 125 O desengano do mundo imperial (sobre *O Senhor do Paço de Ninães*)  
Sérgio Guimarães de Sousa

